

Ação e relevância em narrativas de adolescentes autoras de atos infracionais¹

Hermílio Santos²

Resumo: O artigo analisa o envolvimento de mulheres adolescentes no “mundo do crime”, explorando a interpretação subjetiva dos próprios atores sobre o seu contexto social (análise do mundo da vida). A partir de narrativas biográficas busca-se analisar como essas adolescentes narram e interpretam suas biografias. Evidencia-se desta maneira a possibilidade de se explorar a interpretação subjetiva, em especial fundada no conceito de relevância de Alfred Schütz, como uma abordagem promissora para a compreensão de fenômenos sociais.

Palavras-chave: Relevância, delinquência juvenil, narrativa biográfica, subjetividade

Action and relevance in narratives of teenage girls that committed infractions

Abstract: *The paper analyses the engagement of adolescent women in the “world of crime”, exploring the subjective interpretation of the agents on the social context (the analysis of the life-world). Using the biographical narratives it tries to analyze how those adolescents narrate and interpret their biographies. It makes clear this way the possibility to explore the subjective interpretation, above all based on the*

1 Texto elaborado no âmbito da pesquisa “Adolescentes e experiências com delinquência”, que se encontra em desenvolvimento com financiamento da CAPES-FINEP, CNPq e FAPERGS. Agradeço aos pareceristas anônimos da revista Contemporânea pela críticas e sugestões.

2 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Centro de Análises Econômicas e Sociais (CAES) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Porto Alegre – Brasil – hermilio@pucrs.br

concept of relevance of Alfred Schutz, as a promising approach for the comprehension of social phenomena.

Keywords: *Relevance, juvenile delinquency, biographical narrative, subjectivity*

Delinquência e mundo da vida: aproximação teórica

O objetivo deste texto é oferecer novos elementos para se compreender *como e por que* jovens mulheres se engajam no “mundo do crime”, contribuindo assim com esforços recentes de diversos autores que exploram a perspectiva subjetiva como elemento fundamental para a compreensão do problema. A partir da literatura disponível verifica-se que o interesse sociológico pela delinquência juvenil se deve, em boa medida, à situação de vulnerabilidade em que se encontra uma parcela considerável da população jovem brasileira, às incertezas daí decorrentes e, principalmente, à participação de parte dessa juventude nas estatísticas de violência, seja como autoras de atos delituosos, seja como vítimas destes, em especial envolvendo atos letais (Adorno, Bordini e Lima, 1999: 69; Spagnol, 2005: 276), observados especialmente em bairros pobres e carentes de serviços públicos das regiões metropolitanas (Ramos, 2007: 69). Delinquência refere-se, aqui, tanto ao rompimento das normas e regras legais, quanto a uma relação singular com o outro, por implicar um ato de violência.

O envolvimento de adolescentes com a delinquência tem sido problematizado em diversos estudos, com enfoques variados. Alguns trabalhos recentes estabelecem um vínculo estreito entre a situação de vulnerabilidade social, em especial no que se refere às incertezas vividas por esse público, relacionadas ao mercado de trabalho (por exemplo, Novaes, 2006; Abramo, 2005), e a crescente violência, principalmente no meio urbano. Daí por que parte da literatura disponível dedica-se a analisar e propor políticas públicas com atenção especial às medidas de inserção produtiva (por exemplo, Laranjeira, Teixeira e Bourdon, 2007; Schwartzman e Cossío, 2007) e de prevenção da violência mediante o incremento de capital social (Abramovay *et al.*, 2002a e 2002b; Caccia-Bava, 2006).

Parte da literatura disponível dedica-se a analisar o envolvimento de adolescentes com diversos tipos de delito, chamando atenção tanto para o perfil desses adolescentes, suas motivações para atos delituosos (Zaluar, 1997; Spagnol, 2005), quanto para suas histórias de vida que indicam a precariedade das condições estruturais e a desigualdade econômica e de oportunidades (Assis, 1999; Athayde, Bill e Soares, 2005). Encontramos ainda na literatura uma razoável preocupação com o sistema punitivo (Adorno, 1993; Zamora, 2005; Neri,

2008)³, conduzido pelas instituições responsáveis pelo sistema socioeducativo, cuja missão é precisamente viabilizar a ressocialização de adolescentes autores de atos infracionais (Brasil, 1990)⁴.

A referência à literatura mencionada até aqui, parcial e sintética, permite indicar que a contribuição sociológica brasileira recente tem privilegiado, por um lado, abordar a situação da juventude, em especial o problema da infração cometida por adolescentes, a partir de uma dimensão que pode ser caracterizada como macrossociológica. Nessas análises ganham relevo aspectos estruturais e as condições objetivas da vida desses jovens (como a estrutura familiar, as incertezas no mercado de trabalho, o uso e o tráfico de drogas, a evasão escolar etc.). Por um lado, representa aporte indispensável para a compreensão da situação da juventude brasileira, na medida em que permite entender os contornos estruturais que constroem a ação desses indivíduos. Por outro lado, é possível identificar na literatura recente, ao mesmo tempo, um interesse crescente por abordagens que colocam em relevo a perspectiva do ator para a compreensão do fenômeno da delinquência juvenil. Exemplo desse interesse, podemos identificar na produção sociológica, mas especialmente na produção antropológica, como nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos por Vieira (2011), em que obtém relatos orais de jovens autores de homicídios, Mallart (2011) e Malvasi (2012), este último abordando também relatos orais de meninas que cumprem medidas socioeducativas (Malvasi, 2012: 168). A principal distinção desses trabalhos em relação ao presente artigo talvez esteja nos procedimentos metodológicos adotados, a serem explicitados adiante.

Destaca-se ainda, nos esforços realizados em oferecer um entendimento do problema em tela, a larga e influente produção de Alba Zaluar, principalmente quanto à sua análise do “*ethos* da masculinidade” (Zaluar, 1997: 45; 1999; 2004 e 2007) e das formas associativas de gangues e galeras (Zaluar, 1997: 44) como estando intimamente vinculados à delinquência juvenil. Ao mesmo tempo, a pesquisa desenvolvida por Zaluar (1999: 111) aponta que o envolvimento de mulheres no crime está em geral vinculado à relação com um parceiro afetivo. Contudo, na análise de Zaluar sobressai a tese – contrária a diversas outras que gozaram ou gozam ainda de maior ou menor reputação –⁵ de que esses

3 O trabalho de Neri (2008) discute os mecanismos de controle exercidos pelos próprios adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em unidades de internação.

4 Ver também o documento que estabelece as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase (Brasil, 2006).

5 Por exemplo, a teoria da “desorganização social”, a “teoria da frustração” e a “teoria do rótulo” (ver Zaluar, 1997: 17-19).

indivíduos são, antes de tudo, sujeitos que contam com o arbítrio para estabelecer seus próprios roteiros de ação (Zaluar, 1997: 20) e não simplesmente vítimas passivas das condições materiais precárias em que vivem.

O presente artigo deve ser entendido como uma tentativa de contribuir, ainda de maneira preliminar, com esse esforço mais recente de explorar outras perspectivas analíticas que podem trazer contribuições importantes ao entendimento do problema em tela, em especial aquelas que se propõem analisar as interpretações subjetivas dos jovens relativamente às experiências de delinquência e violência, às quais a literatura sociológica tem dedicado relativamente pouca atenção. Esse tipo de análise concede ao indivíduo um *status* de ator que interpreta as coisas com as quais está confrontado (pessoas, ideias, acontecimentos etc.), a fim de se posicionar no mundo e, com isso, estabelecer seu roteiro de ação. Esse pressuposto é compartilhado por diversas correntes da sociologia compreensiva, como o interacionismo simbólico, a etnometodologia, além da sociologia influenciada pela fenomenologia. Comum a todas essas abordagens é o pressuposto de que o ator social não é um mero internalizador de normas; ao contrário, esse ator é, segundo Arthur S. Parsons, um agente consciente e responsável pela adoção ativa de códigos normativos na interpretação da realidade social (Parsons, 1978: 111). É precisamente essa interpretação subjetiva da realidade ou do contexto social que oferece o principal objeto de análise do presente artigo, baseado em narrativas biográficas (Rosenthal, 2008), que tem na sociologia de Alfred Schütz⁶ um suporte teórico fundamental, apoiado sobretudo na análise do sistema de relevância (Schütz, 2003).

O uso de relatos orais apresenta diversas fases nas ciências sociais brasileiras (Pereira, 1991), iniciada na década de 1950 por pesquisadores como Maria Isaura Pereira de Queiroz e Florestan Fernandes, sob a coordenação de Roger Bastide. No caso de Florestan Fernandes, este parece ter privilegiado analisar sociologicamente biografias únicas, mesmo que estes se situem na marginalidade (Martins, 1996; Fernandes, 2007). Ainda na década de 1950, o uso de relatos orais, que não chegou a se tornar um método autônomo, foi cedendo lugar a outras perspectivas de pesquisa sociológica, em que a subjetividade do ator

6 O nome do sociólogo austríaco Alfred Schütz apresenta-se grafado de duas maneiras: Schutz e Schütz. Nos países de língua alemã suas publicações aparecem com o nome grafado com o trema. Nos Estados Unidos, os textos do autor passaram a ser publicados sem o trema. No Brasil, a difusão da obra de Alfred Schütz é mais conhecida por meio da coletânea de artigos do autor organizada por Helmut Wagner, publicado no Brasil em 1979, que traz o nome grafado sem trema. Optou-se aqui, ao fazer referência ao autor, por manter a grafia da maneira como aparece na obra citada. Quando o autor aparece no texto sem referência direta a uma obra, o nome é grafado como nos países de língua alemã, Alfred Schütz.

deveria ceder lugar à suposta objetividade dos instrumentos utilizados pelo pesquisador. A partir do final da década de 1970, a abordagem biográfica proposta por Daniel Bertaux passa a exercer certa influência entre pesquisadores de diversas disciplinas que se valem de relatos orais no Brasil, cuja atenção está voltada sobretudo às estruturas e processos objetivos (Pereira, 1991: 115), em oposição a outras abordagens que possuem como objeto estruturas e processos subjetivos, notadamente a abordagem desenvolvida por Fritz Schütze a partir de meados da década de 1970, na Alemanha, ainda bem pouco conhecida na sociologia brasileira. Ainda que não seja recente o uso de material biográfico na sociologia brasileira, o uso de narrativas ou narrativas biográficas permanece ainda marginal, a despeito de seu uso estar se tornando mais difundido (ver, por exemplo, Stoll, 2004; Weller, 2005a e 2005b; Feltran, 2008).

Contudo, o recurso da narrativa ainda é, em muitos casos, encarado como uma maneira de se obter dos entrevistados informações objetivas sobre as condições de vida dos mesmos, sendo utilizada em boa medida para complementar outros tipos de coleta de dados. É importante destacar que a pesquisa sociológica brasileira recente, ao se valer das narrativas dos informantes, não distingue entre argumentos, descrições e narrativas propriamente ditas. Essa distinção, oriunda da linguística e incorporada à pesquisa sociológica de narrativas biográficas por Fritz Schütze (ver, por exemplo, Schütze, 1984), é indispensável ao empreendimento analítico aqui proposto, tendo em vista que a narrativa é o recurso discursivo mais estreitamente vinculado ao desencadeamento de ações (Rosenthal, 2004: 53; Labov e Waletzky, 1973), ou, de maneira mais precisa, é aquela forma de discurso que mais se aproxima da maneira como o narrador apresenta a sua interpretação do desencadeamento de ações (Küsters, 2009: 25).

A narrativa biográfica, especificamente, é capaz de oferecer um acesso bastante útil para a análise não apenas da vida do narrador, das conexões entre o indivíduo e seu grupo ou comunidade, mas permite igualmente obter elementos importantes para a análise das interpretações subjetivas sobre a ação e seu contexto social, considerando-se, contudo, que qualquer narrativa é uma interpretação a partir de uma situação biográfica determinada (Schutz, 1979: 73). De acordo com Rosenthal, a compreensão das ações dos indivíduos requer investigar tanto a perspectiva subjetiva do ator quanto o curso da sua ação, o que implica em dizer, ainda segundo Rosenthal, que essa investigação deve se debruçar sobre suas experiências, sobre o sentido que os indivíduos atribuíram a suas ações na ocasião, que sentidos atribuem agora e em que contexto biográfico o narrador localiza suas experiências (Rosenthal, 2004: 49). Dessa maneira, o recurso da narrativa biográfica pode ser assumido como a possibilidade de

combinação de uma abordagem diacrônica (a própria biografia) com uma abordagem sincrônica (a biografia interpretada a partir de um momento biográfico específico, o presente).

Narrativas e experiências com delinquência

O estabelecimento de uma vida comum com outros pressupõe, necessariamente, o compartilhamento de significados que dão sustentação aos relacionamentos sociais (Schutz, 1979: 80; ver também Schutz, 1972: 202) ou de uma identidade coletiva expressa por valores comuns, que são reafirmados nos ambientes de comunicação, em relações interativas (Schutz, 1979: 160). Isso significa que as pessoas de uma determinada comunidade ou grupo possuem algo socialmente significativo em comum, tendo em tal elemento ou elementos o demarcador de fronteiras, pois “... o significado subjetivo que o grupo tem para os seus membros consiste em seu conhecimento de uma situação comum e, com ela, de um sistema comum de tipificações e relevâncias” (Schutz, 1979: 82), quando, ao se reconhecer similaridades delinea-se ao mesmo tempo as diferenças⁷. Isso implica em dizer que os membros do grupo interno não possuem “conhecimento sobre”, mas “conhecimento de” um contexto, com o qual o indivíduo está suficientemente familiarizado (Nasu, 2006: 391). Contudo, essa familiaridade não está dada desde sempre, transmitida por parentes e professores, por exemplo, mas é configurada em cada situação (Nasu, 2006: 394), tendo como ponto de partida a posição no mundo da vida.

O mundo da vida (*Lebenswelt*) é o mundo intersubjetivo preexistente assumido como dado pelo indivíduo a partir de uma “atitude natural” (Schütz, 2003: 182), em que o indivíduo reconhece e supõe acreditar nas coisas da vida cotidiana, como leis e costumes que orientam a ação, assim como as condições para a ação (por exemplo, as intenções dos outros e as suas próprias). Porém, “acreditar em” implica em fazer das situações cotidianas objeto de inspeção e interrogação (Natanson, 1998: 7), pois tudo aquilo que é considerado como dado nas situações do mundo da vida é cercado de incertezas (Schutz e Luckmann, 1973: 9). Na atitude natural da vida cotidiana suspende-se não a crença da existência das coisas do ambiente; ao contrário, o que fica em suspenso é precisamente a dúvida em relação à existência dessas próprias coisas (Schutz e Luckmann, 1973: 27), já que todas as experiências passadas estão presentes

7 Na análise do “estranho”, empreendida por Schütz, verifica-se de maneira bastante nítida o lugar da percepção da alteridade no estabelecimento da ação individual (ver, por exemplo, Schütz, 2004a: 219; 2004b: 116; 1979: 85).

como que ordenadas, como conhecimento ou como consciência daquilo que se pode esperar que ocorra (López, 2008: 242), pois “se assim foi, assim poderá ser”. Nesse sentido, o contexto social no qual o indivíduo se insere não é assumido como algo externo a ele, uma vez que pode ser diversamente compreendido pelo agente social. Dessa maneira, a compreensão do contexto social em que estão inseridos os agentes – adolescentes autores de atos infracionais – pode e deve considerar explicitamente a perspectiva do próprio ator. Contudo, colocar o significado subjetivo como objeto de análise não pode ser confundido com a investigação dos processos psicológicos do agente, tendo em vista que o que se quer compreender aqui não é exatamente o agente, mas o significado atribuído à sua ação (Cohn, 2002: 28).

O conhecimento do senso comum se dá a partir do acúmulo de experiências vivenciadas, direta e indiretamente, pelo indivíduo. Experiência não se restringe aos eventos práticos nos quais o indivíduo se envolve diretamente, mas também eventos nos quais participaram seus contemporâneos ou até mesmo seus antepassados, mas que de alguma maneira chegam até ele. Assim, experiência deve ser entendida como fenômenos aos quais o indivíduo atribui significado. Contudo, nem toda experiência pode ser considerada significativa. Essa caracterização está reservada às experiências já vividas, quando vista em retrospectiva (Schutz, 1979: 63). Dizer que uma experiência é significativa implica em dizer que é possível ao indivíduo distingui-la e acentuá-la, enfim, confrontá-la com outras experiências, o que não é possível realizar com as experiências em curso. Isso só é possível de ser empreendido caso a experiência possa ser delimitada, por meio do que Schütz denomina “um ato de atenção”. Assim, atribuir significado a uma experiência é interpretá-la *ex post*, por meio da recuperação pela memória. Dessa maneira, a abordagem da narrativa biográfica parece adequada para um empreendimento investigativo que busca recuperar as experiências significativas, uma vez que esta permite trazer à tona o elemento mais importante para a interpretação subjetiva, ou seja, o sistema de relevância e tipificação.

O trabalho interpretativo do indivíduo implica, na sociologia de Alfred Schütz, em ele ter à sua disposição um sistema de relevâncias e tipificações, que é parte daquilo que é transmitido aos membros do grupo interno pela educação (Schutz, 1979: 119). Embora se refiram a problemas distintos, pode-se afirmar que relevância e tipificação constituem elementos de um mesmo sistema, cujo papel é precisamente “naturalizar” ou harmonizar a vida social. A abordagem da sociologia schütziana possui um componente pragmático explícito, pois o indivíduo é considerado a partir da sua ação, ou da sua ação iminente. Nem o indivíduo está à deriva, nem está submerso nas correntes dos acontecimentos vivenciados por

ele, isto porque está “equipado” com o instrumento necessário para orientar-se. Este instrumento é justamente o sistema de relevância e tipificação, que seleciona os conhecimentos à disposição na medida em que são relevantes para a ação (Nasu, 2008: 91); assim, eventos ou fatos não existem de maneira pura, senão que somente existem fatos ou eventos interpretados.

O sistema de relevância caracteriza-se por orientar-se pelos interesses do indivíduo em uma situação determinada. Isso implica em dizer que o indivíduo “separa, dentre os elementos presentes na situação, os que servem para defini-la à luz dos propósitos que essa pessoa tem em mente” (Wagner, 1979: 23). Esse processo ocorre quando os elementos da situação vivida são suficientemente familiares ao indivíduo. Quando não for esse o caso, ou seja, se os elementos envolvidos na situação não são suficientemente conhecidos, o esforço do indivíduo estará voltado para a definição da situação, já que ocupa o status de problema, que deverá ser interpretado. Contudo, como lembra Wagner, “o desconhecido ou o problemático, numa dada situação, só se torna relevante na medida em que impede a formação de uma definição da situação de acordo com os interesses e planos atuais da pessoa” (Wagner, 1979: 24). Com isso, resta evidente que determinante aqui é não apenas a posição biográfica em que se encontra o indivíduo, mas da mesma forma o resultado da história pessoal, das experiências disponíveis imediatamente à consciência ou à disposição, ou seja, das experiências próprias e daqueles seus contemporâneos que o antecederam, transmitidas a ele de alguma maneira (Schütz, 2004b: 69). É esse conhecimento, adquirido pela experiência, que irá organizar os distintos graus de relevância mobilizados pelos indivíduos em todas e quaisquer situações da vida cotidiana.

As considerações teóricas apresentadas até aqui tem muito mais o objetivo de oferecer uma fundamentação para a escolha do método adotado e não tanto como arcabouço teórico para a análise dos trechos narrativos selecionados, tendo em vista que a abordagem de narrativa biográfica proposta por Rosenthal (2008), que de alguma maneira procura-se aqui seguir, funda-se no princípio da abdução. Isso implica em dizer que, diferentemente do procedimento indutivo, o material empírico coletado não busca verificar hipótese de trabalho previamente formulada, nem sustenta uma hipótese oriunda de uma teoria, como ocorre no procedimento dedutivo. Ao contrário, de acordo com o procedimento abdução, proposto por Charles Sanders Peirce e vastamente adotado pela pesquisa de narrativas biográficas na sociologia, assim como pela chamada *grounded theory*, de Glaser e Strauss, o material empírico guia a formulação e teste de hipóteses capazes de tornar o caso analisado compreensível (Rosenthal, 2008: 58).

Analisamos a narrativa de duas adolescentes que cometeram delitos e que se encontravam, no momento das entrevistas, cumprindo medidas socioeducativas na unidade feminina da FASE (Fundação de Apoio Socioeducativo) em Porto Alegre. Por um lado, deve-se considerar que as narrativas são influenciadas pela situação de internas em uma “instituição total”. Por outro lado, porém, a definição de situação, assim como sua interpretação por parte de quem narra, é fortemente influenciada por fatores biográficos, uma vez que a definição da situação é igualmente a “sedimentação de todas as experiências anteriores” (Schutz, 1979: 73).

As adolescentes, cujas narrativas serão em parte analisadas a seguir, concederam as entrevistas voluntariamente. O pesquisador explicitou que se tratava de uma entrevista para uma pesquisa acadêmica, assim como informou sua filiação institucional. Cada adolescente foi entrevistada em três diferentes ocasiões na unidade feminina da FASE. Estas narrativas forneceram uma aproximação bastante razoável do “sistema de tipificação e relevância”, que, por sua vez, ofereceram elementos para se analisar as interpretações do mundo da vida, especialmente no que se refere a suas experiências com delinquência.

Apresento aqui as entrevistas de duas adolescentes, as quais chamarei de Carla e Geovanna, cujas narrativas serão utilizadas posteriormente para construir tipos de narrativas que podem ser encontradas em campo. Entretanto, a maior dificuldade aqui é que esta tipologia não é baseada em diferentes tipos de delitos nem em diferentes tipos de experiências objetivas de vida, mas em diferentes motivações, ou seja, em diferentes interpretações subjetivas do mundo da vida. Devo esclarecer, ademais, que esses exemplos evidentemente não são suficientes para saturar o campo.

É importante, aqui, chamar a atenção para uma distinção importante proposta por Schütz, entre “motivos a fim de” e “motivos por que” (Schutz, 1979: 124-125). Enquanto o primeiro dos motivos refere-se à expectativa futura do ator, o segundo remete às experiências passadas, ainda que tais motivações não estejam necessariamente explícitas no curso da ação. O interesse neste texto restringe-se a explorar os “motivos por que”, pois parte-se aqui do pressuposto de que a ação pode ser compreendida, em boa medida, obtendo-se acesso às experiências passadas de quem age.

Seguindo as orientações básicas da entrevista narrativa (Rosenthal *et al.*, 2006; Rosenthal, 2008), as entrevistas foram conduzidas sem uma lista de questões previamente formuladas. Todas as questões emergiram nas narrativas sem que o pesquisador tivesse que formular questões sobre temas que não haviam sido introduzidos pelas entrevistadas. Inicialmente, o pesquisador forneceu

informações gerais sobre o interesse da pesquisa, sem explicitar as questões que orientam a mesma, uma vez que isso iria contaminar demasiadamente a narrativa da entrevistada. Ainda que o pesquisador tenha claramente definido seu problema de pesquisa, a primeira questão formulada é para que ela apresente a sua própria vida. Dessa maneira, a entrevistada poderia selecionar do seu próprio sistema de relevância o momento mais conveniente para o início da sua narrativa biográfica, as fases da vida que deveriam merecer maior atenção, os episódios que receberiam mais destaque e que seriam mais detalhadamente narrados. Já aqui o indivíduo está fazendo escolhas que estão vinculadas de alguma maneira à ação e à sequência narrativa. E essas escolhas estão fundadas no sistema de relevância, que permite ao indivíduo *selecionar* os conhecimentos à disposição na medida em que são *relevantes* para a ação (Nasu, 2008: 91). Caso se colocasse às entrevistadas questões explícitas e bem direcionadas estar-se-ia emprestando o sistema de relevância do pesquisador ou “colonizando” o entrevistado, na medida em que este deveria tão simplesmente reagir aos temas predefinidos pelo pesquisador.

A apresentação inicial possui duração bastante variada, indo de duas a três frases até que o entrevistado afirme que esta é sua vida e que não teria mais nada a acrescentar, até apresentações iniciais que duram cerca de cinquenta minutos ininterruptos ou mais, como de fato já ocorreu. Enquanto transcorre a entrevista, toda ela é gravada em áudio para posterior transcrição, o pesquisador fez anotações de todos os temas e eventos referidos para orientar a formulação de novas questões a partir da própria exposição da entrevistada. Nessa primeira exposição a entrevistada não é interrompida, recebendo apenas, da parte do pesquisador, estímulos não verbais que funcionam como expressões de interesse e atenção para que a entrevistada mantenha sua narrativa a mais longa e detalhada possível.

Na segunda fase da entrevista, as questões são formuladas sobre temas diretamente referidos na própria exposição do entrevistado e na ordem em que foram mencionados ou indicados na apresentação inicial, com o objetivo de provocar novas narrativas, evitando-se sempre perguntas do tipo “por quê?”, tendo em vista que dessa maneira obter-se-ia quase sempre argumentações e quase nunca narrativas. A manutenção da ordem temática em que os temas foram introduzidos na primeira exposição da entrevistada visa manter a coerência narrativa estabelecida pelo próprio narrador. Esse retorno a questões ou temas mencionados funciona ao mesmo tempo como estímulo à memória da entrevistada, a fim de se obter detalhes narrativos das experiências vividas. Apenas em um terceiro momento da entrevista são colocadas questões

diretamente relacionadas ao problema de pesquisa, caso estas já não tenham sido devidamente exploradas na fase anterior.

É recorrente durante a entrevista a ocorrência de passagens não apenas narrativas, mas também descritivas, em que são abordadas, por exemplo, condições sociais, condições da época, características dos atores ou circunstâncias da situação, e argumentativas, em que são apresentados esclarecimentos, orientações, elementos biográficos ou identitários do narrador (Schütze, 1984: 91). Diferentemente da descrição e da argumentação, narrativas referem-se à sequência de eventos passados ou mesmo fictícios, que possuem uma relação de sequência temporal ou uma conexão causal entre eles (Rosenthal, 2008: 139). Dessa forma, os trechos narrativos da entrevista devem ser priorizados exatamente por permitirem a provisão de elementos analíticos adequados para a investigação da interpretação subjetiva, uma vez que a narrativa – mais que a descrição e a argumentação – refere-se mais intimamente ao roteiro de ação desempenhado pelo ator.

Após os apontamentos sobre os procedimentos metodológicos adotados, passo, a seguir, a analisar duas narrativas. O interesse não é “explicar” trajetórias de vida, mas explorar os “motivos por que” (Schütz, 1979: 124-125) das adolescentes que se envolveram com atos delituosos, com o objetivo de compreender como as entrevistadas operam no mundo da vida, definem escolhas e estabelecem seus próprios sistemas de relevância de acordo com seu estoque de conhecimento, invariavelmente vinculado à situação biográfica presente.

Carla

Carla cometeu o delito que provocou sua internação quando estava com 16 anos. Solicitei a ela que iniciasse a narrativa de sua vida a partir do momento que preferisse. Sua narrativa começa aos 13 anos de idade, momento em que ela se muda da casa da avó materna, que a havia criado até aquele momento, para a casa da mãe e do padrasto. Carla aponta o comportamento do padrasto, que buscava abusar sexualmente dela, como tendo provocado uma reação de recusa da convivência familiar. Esta recusa é reforçada pela reação da mãe após tê-la informado das atitudes do marido, da seguinte maneira:

Eu sempre morei desde pequena com a minha avó e a partir dos meus 13 anos eu fui morar com a minha mãe e o meu padrasto. E eu morei com a minha mãe e o meu padrasto. ...o meu padrasto assim... ele ia às vezes no meu quarto, ficava ali e eu ficava com medo porque eu era muito nova. Daí depois de um certo tempo eu comecei a sair de casa, comecei a sair de casa, não queria

ficar mais, comecei a me juntar com uns guris na rua e comecei a usar drogas e eu falava pra minha mãe e a minha mãe não acreditava em mim e depois de um tempo eu tava usando drogas, usando cocaína, daí minha mãe me internou e eu fiquei um mês e sete dias numa fazenda. (Carla)

A escolha do início da narrativa com este evento está estreitamente vinculada à situação biográfica em se encontrava no momento da entrevista, ou seja, de interna em uma instituição socioeducativa. Isso porque a entrevistada estabelece um vínculo estreito entre a saída da casa da avó com todas as mudanças ocorridas a partir então, ou seja, a situação de interna e o fato de ter se envolvido com o uso e o tráfico de drogas está diretamente relacionado, de acordo com a narrativa da própria Carla, com o início da convivência com seu padrasto e também com a mãe. Carla poderia iniciar sua narrativa em qualquer momento de sua vida, mas explicitamente decidiu começar com este momento. De acordo com Rosenthal (2008), a análise de entrevistas narrativas deve iniciar pela identificação da primeira narrativa apresentada pela entrevistada, uma vez que fornece os primeiros elementos do sistema de relevância individual, estabelecido a partir da situação biográfica da narradora. Esses elementos da narrativa nos oferecem indicações importantes para se compreender a ação da Carla desde então. Iniciando-se a narrativa dessa maneira, a entrevista parece sugerir que, primeiro, a tentativa de abuso por parte do padrasto está diretamente vinculada com o uso de drogas que passou a fazer e, segundo, que há um estreito vínculo entre o fato de ter se mudado da casa de sua avó com todas as mudanças em sua vida ocorridas a partir desse evento. Isto é, a situação de estar “aprimada” em uma instituição para adolescentes infratoras e o fato de ter se envolvido com drogas e tráfico de drogas está diretamente relacionada, de acordo com a narrativa oferecida por Carla, com o momento em que passou a viver com sua mãe e padrasto. Ou seja, de acordo com a própria narrativa de Carla, a situação de internação e o fato de ter se envolvido com o uso e tráfico de drogas estão diretamente relacionados com o fato de passar a viver com sua mãe e o padrasto. Em outra passagem, Carla fornece mais alguns detalhes sobre essa relação, tanto com o padrasto quanto com a mãe:

...eu deitava na cama e ele ficava sentado e às vezes ficava me olhando. E eu ficava chorando e aí ele passava a mão em mim. E um dia eu peguei e contei pra minha mãe né, contei pra minha mãe e ela não acreditou em mim, ela falou que eu tava mentindo porque ela amava ele, porque ela tinha um filho né com ele. Daí eu peguei e escondido dela comecei a ir no Conselho Tutelar

e no Conselho Tutelar eu comecei a contar tudo e eu não tinha ficha nem nada e comecei lá por causa dele.

...

E ela falou bem assim pra mim, que era pra mim voltar, que não era pra mim denunciar ele, que era pra eu ficar quieta, que não era pra eu estragar a vida dela. Ela tinha uma criança pequena e ela não ia conseguir mesmo porque ela não trabalhava, e ele trabalhava de caminhoneiro né, era ele que sustentava, bem dizer, ela e o neném. (Carla)

O comportamento do padrasto e da própria mãe, de não dar crédito a suas denúncias – por não querer colocar seu sustento e de seu filho pequeno em risco –, marca uma virada na vida de Carla. Essa virada, caracterizada sobretudo pelo início do uso de drogas, mas também pela saída da casa da mãe, passando a morar na casa de uma tia, cujo marido estava cumprindo pena motivada por envolvimento com tráfico de drogas, está identificada na narrativa como determinante na compreensão do seu mundo e, por conseguinte, das ações que se sucederam a partir daí. Essa compreensão está marcada por um desamparo em relação à família, ou pelo menos em relação à mãe, ou seja, sua vida deveria ser conduzida sem o suporte da própria mãe. Dessa maneira, a independência financeira passa a exercer um papel central e crítico na estratégia de vida de Carla. Contudo, a independência financeira não se coloca, para Carla, como um elemento indispensável a ser perseguido para uma adolescente de sua idade, mas como um mecanismo por meio do qual poderia readquirir o afeto da mãe. A situação da mãe, de refém material do seu padrasto, muito mais do que afetivo, a impulsiona a sair de casa. Essa saída não tem apenas o sentido de expressar sua insatisfação e mesmo revolta com o posicionamento da mãe diante de sua denúncia de abuso, mas coloca-se expressamente como uma saída para recuperar o afeto da mãe. É possível também que aja igualmente, em sua ação de buscar a autonomia financeira, uma tentativa de libertar a mãe da dependência do marido. Porém, este último ponto, embora plausível, é controverso, pois a narrativa não oferece elementos suficientes para sustentar tal hipótese.

A convivência na casa da tia, cujo marido cumpria pena em um presídio no interior do Rio Grande do Sul, permitiu que Carla estabelecesse contato direto com outras pessoas que haviam cometido crimes, primeiramente por telefone. Diversas vezes Carla telefonou para falar com o tio que estava preso. Em uma dessas tentativas, a entrevistada falou com um dos presos que se mostrou interessada em conhecê-la pessoalmente. Depois de alguns contatos telefônicos, foi encontrá-lo sozinha na cidade onde se localizava o presídio, já que ele tinha

a possibilidade de saídas diárias. Após vários encontros, o homem com o qual estava mantendo contato fugiu do presídio e procurou por Carla na casa de sua tia. Passaram então a morar juntos em uma casa alugada. Foi nesse momento que ela começou a traficar drogas.

Daí fomos traficando, traficando, daí um dia eu falei pra ele que era pra ele se entregar, e ele se entregou em [nome de um presídio], () do lado, daí eu comecei a ir lá, comecei a vender drogas sozinha, era para poder ir, porque eu não tinha mais dinheiro pra ir, e aí quando vi a polícia invadiu lá em casa e me prenderam e agora eu to aqui. (Carla)

Embora não tenha se envolvido anteriormente com tráfico de drogas, essa já era uma atividade exercida por familiares seus, como tios e cunhado. Nesse sentido, conhecer e manter um relacionamento afetivo com um traficante e passar a praticar a mesma atividade não pareceu a ela algo fora de suas possibilidades, uma vez que se tratava de um componente importante de sua própria experiência. Dessa maneira, a experiência com o tráfico de drogas constitui elemento do seu conhecimento da vida cotidiana. Não há evidentemente qualquer determinismo de que essa experiência a conduziria necessariamente a replicar as ações daqueles com os quais compartilhava o mesmo ambiente social. Contudo, a experiência indireta com o tráfico de drogas, ou seja, conduzida por familiares, combinada com a motivação de recuperar a atenção afetiva da mãe torna mais compreensível a opção por praticar atos delituosos. Trata-se, portanto, de uma opção por um roteiro de ação dentre muitos outros possíveis e colocados à sua disposição, mas que se tornou mais plausível em função da sua familiaridade com esse tipo de atividade, ainda que ela não tenha traficado anteriormente.

Outro aspecto a destacar na narrativa da Carla é a relação no mínimo paradoxal que mantinha com seu namorado. Por um lado, observa-se certa ascendência sobre o namorado e independência em relação a ele, já que ela mesma chegou a sugerir que se entregasse à polícia após ter fugido do presídio – sugestão que ele acatou – além da iniciativa de iniciar o tráfico, obter fornecimento da droga e de manter-se firme na atividade de tráfico, apesar das recomendações do namorado de que ela deveria reduzir essas atividades. Por outro lado, a convivência entre eles era tumultuada, tendo apanhado dele algumas vezes. A demonstração de independência e iniciativa para empreender e organizar o tráfico de drogas não é suficiente para evitar a tentativa do namorado em subjugar-la. A percepção de que ela estava sendo tratada de maneira violenta e com desrespeito já estava presente no momento em que o namorado a tratava violentamente. O que talvez tenha evitado um rompimento definitivo era de que ela nutria ainda

a certeza de que o namorado a amasse, o que atenuava suas tentativas de repulsa e de rompimento do namoro, além, evidentemente, da alternativa de retornar à casa da mãe não ser algo que ela desejasse. Essa certeza foi apenas minimizada ou mesmo eliminada quando, já interna na FASE, descobriu ser portadora de uma grave doença transmitida sexualmente, provavelmente por seu namorado. O fato de ela ter certeza de que foi seu namorado que a infectou provocou uma mudança bastante radical em sua convicção quanto a afeição do ex-namorado. Desde o momento que ela tomou conhecimento que estava contaminada, Carla convenceu-se que seu namorado não a amava. Na última entrevista realizada com Carla, narrou o diálogo havido com a mãe dias antes, em que ela impôs à mãe a condição de que se separasse do padrasto para que elas voltassem a morar juntas, uma vez que Carla havia adquirido uma casa com recursos do tráfico justamente com a intenção de recuperar a convivência com ela.

É possível observar em sua narrativa que seus planos para o futuro próximo estão diretamente vinculados não apenas à sua situação biográfica presente, mas igualmente com sua interpretação atual de eventos passados. Com base nos elementos narrativos oferecidos por Carla pode-se formular a hipótese que seu engajamento em atos infracionais não foi motivado nem por uma postura de “mulher masculina” (expressão utilizada por Zaluar para identificar algumas mulheres líderes do tráfico de drogas que ela encontrou no Rio de Janeiro; ver Zaluar, 1990, p. 110), nem pelo fato de ser mulher atraída pela autoridade masculina, nem ainda motivado pela visibilidade local e influência que o envolvimento com tráfico de drogas pode oferecer. Mais importante em sua motivação em praticar delitos parece ser a tentativa de reaver a afeição da sua mãe que havia sido perdida. Durante a segunda entrevista, Carla expõe mais claramente sua intenção de voltar a morar com a mãe, condicionada, contudo, ao rompimento da relação da mãe com seu companheiro.

Diversas possibilidades estavam abertas para Carla construir uma estratégia para recuperar a afeição da mãe. Entretanto, como afirmado por Schütz (1979), cursos de ação individual estão baseados nas interpretações de situações de vida, e qualquer plano futuro irá considerar esta interpretação, baseada em experiências passadas. Ao mesmo tempo, qualquer estratégia futura não é concebida fora do estoque de conhecimento individual. De acordo com a interpretação de Carla, a principal razão pela qual sua mãe não deu atenção à sua denúncia da tentativa de abuso por parte do padrasto, estava o fato de sua mãe ser economicamente dependente do marido. Essa interpretação serviu como base para o estabelecimento de uma estratégia de ação, que envolvia o tráfico de drogas, tendo em vista ser esta uma atividade com a qual constava entre as

possibilidades em seu horizonte interpretativo, praticada por pessoas com as quais mantinha vínculos estreitos. Esse aspecto é importante quando se considera o conceito de “mundo da vida” como empregado na sociologia de Alfred Schütz, ou seja, como uma referência importante na organização das opções de ação disponíveis ao indivíduo. Com isso, pretende-se apenas acentuar o componente da experiência do sujeito na vida cotidiana como elemento indispensável para a compreensão do seu horizonte interpretativo. Essa ênfase na experiência cotidiana do ator pressupõe obter acesso ao sistema de relevância do biografado, que pode ser obtido mediante a obtenção de narrativas biográficas.

Geovanna

Geovanna, 18 anos, também foi entrevistada em três ocasiões. Internada sem possibilidades de exercer atividades externas por quase um ano no momento em que a entrevista foi realizada, Geovanna destaca-se entre as adolescentes entrevistadas por seu nível sociocultural, sua fluência na narrativa, o domínio da língua portuguesa, a preocupação em expressar-se corretamente, a clareza com que estabelece vínculos entre as experiências acumuladas e ações futuras, bem como pela repercussão do seu delito. Em algumas passagens, Geovanna parece se gabar do fato de seu delito ter alcançado repercussão nos meios de comunicação, não apenas locais, mas nacionais e, segundo ela, também na imprensa internacional. Embora contida, a entrevistada parece expor um pouco e em alguns poucos momentos o *glamour* que seu envolvimento em ações delituosas provocou. Diferentemente de parte considerável das demais entrevistadas, Geovanna traça seu histórico de vida em um ambiente de harmonia e carinho:

Bom, eu sempre fui muito mimada pela família, todo mundo, eu sou a caçula, né; aí todo mundo sempre me cuidou bem, as minhas irmãs, as minhas (.) as minhas amigas, enfim, eu sempre fui uma pessoa super mimada pela família, super carinhosa, não sou agressiva, nada disso. Sempre tive um carinho enorme. Ah a minha mãe sempre cuidou de mim, né, Ah até quando eu fui parar na FASE, ninguém acreditou porque foi algo assim super chocante.

Por outro lado, encontramos semelhanças entre Geovanna e as demais entrevistadas, por exemplo, no fato de a internação da Geovanna na FASE estar vinculada a delitos cometidos em companhia de um parceiro afetivo. Nesse caso, um parceiro mais velho que ela:

... ele me disse que tinha 28 anos. Depois eu descobri que ele tinha 34. Ele era um rapaz alto, eu sempre arrumei namorados altos, mas na verdade era um namorado mais calmo, um namorado que não fosse assim agressivo, um namorado intelectual, inteligente, interessante, eu gosto de pessoas inteligentes e interessantes. Mas na verdade eu nunca gostei de namorar um rapaz, assim, eu sempre fui homossexual e na verdade eu queria fazer uma visão bonita pra minha mãe, né, que ela é adventista, eu sempre estudei na escola adventista, então ela queria me levar numa igreja adventista.

...

Ela queria que eu me tornasse uma cristã. (.) Uma pessoa assim, uma menina super exemplar. Mas na verdade eu sempre fazia uma imagem boa pra ela. Mas na verdade eu nunca gostei disso e ela sabe disso. Então eu gostei, o que eu gostei dele é que ele não era uma pessoa que ia me forçar uma relação sexual, e a gente nunca teve uma relação sexual, eu e ele. Então eu fiquei com ele por causa disso, porque além de ele não me forçar, né, ele::: eu poderia ter uma visão boa, de estar com alguém legal, e alguém também bem vestido, ele andava super bem vestido, bem arrumado, ele era duma, ele dizia ser de uma família importante, né, uma família assim super civilizada. E era isso que ele demonstrava, ser um rapaz super tranquilo, civilizado, bonito, inteligente, intelectual, né, e, além disso, muito rico. Mas isso nunca fez diferença na minha vida até porque é uma, não é uma família rica, mas é uma família que tem condições de vida super confortáveis, né. Nada nos falta, (.) mas também não sou rica de maneira alguma. Ah eu não me considero rica, eu me considero uma pessoa que tem uma vida super confortável, mas então eu fazia imagem pra minha mãe e minhas irmãs. Mas eu não gostava dele, não. (Geovanna)

Geovanna justifica seu envolvimento com esse rapaz pelo fato de estar passando por um momento difícil na vida, com a perda da mulher com quem mantinha uma relação afetiva. Diversos autores argumentariam aqui que poderia haver uma atração por um “*ethos* da masculinidade”, representada pelos delitos violentos cometidos pelo namorado. Contudo, a narrativa da Geovanna oferece outros elementos que tornam o relacionamento compreensível. A relação com esse parceiro parece não ser de maneira alguma ter sido marcada pela dominação de uma figura masculina, parece mesmo que seja o oposto disso. Seu interesse em manter este tipo de vínculo pode ser caracterizado como sendo instrumental, tendo em vista que em não possuindo atração sexual ou afetiva por homens, Geovanna procurava apresentar uma figura masculina como parceiro apenas para evitar problemas

com sua família. Isso significa que, primeiro, há uma motivação por manter tal conexão, que estava sob sua decisão manter ou não e, segundo, esta relação deveria trazer a ela algum tipo de vantagem. Tendo como base a narrativa da Geovanna pode-se afirmar que não havia submissão à masculinidade, mas, ao contrário, a masculinidade aqui é algo que se tornou útil, subordinada a seus próprios interesses. Se por um lado pode-se identificar nessa estratégia de Geovanna uma subordinação à necessidade de parceria com uma figura masculina por ser socialmente valorizada, por outro lado, ela o faz de modo deliberado para facilitar a consecução de suas ações. Este procedimento se assemelha ao observado na narrativa da Carla, neste texto, e é bastante provável que este tipo de relação seja bem mais recorrente que a literatura admitiu até aqui.

A partir da narrativa da Geovanna, fica evidenciado que ela não compartilha com a família aspectos importantes para a tipificação, como a religiosidade, por exemplo. Por outro lado, outros aspectos estão em sintonia com aqueles valores que parecem prezados pela família nuclear, por exemplo, o envolvimento com pessoas que aparentam possuir nível cultural, social e econômico elevado. Ao longo das entrevistas, Geovanna afirmou mais de uma vez que uma das perguntas que mais a embaraçava, formuladas tanto por seus familiares quanto pelo juiz ou pelas psicólogas da FASE, era expor as razões para ter se envolvido com ações delituosas. Ao procurar encontrar uma resposta plausível para essa questão, Geovanna parece render-se a um determinismo religioso, que marcou sua formação familiar e escolar, tendo em vista o fato de a mãe ser fiel assídua da igreja e de ela ter frequentado uma escola confessional. É uma herança que ela gostaria de abandonar, entretanto, este determinismo religioso está explícito na conclusão de que, na ausência de uma resposta convincente para ela mesma quanto às motivações para o cometimento do delito, deve tratar-se de um desígnio de Deus, do qual ela deveria obter algum ensinamento válido para sua vida futura e subsídio para avaliar sua vida pregressa. Essa estratégia, marcada por uma forte resignação, pode ser considerada uma maneira de minimizar a dor advinda pela perda de liberdade.

Conclusões

O fenômeno da delinquência juvenil tem atraído a atenção dos sociólogos brasileiros já há alguns anos. Como mencionado no início deste texto, parte considerável dessa literatura enfatiza aspectos objetivos da vida desta juventude como fatores importantes para o cometimento de delitos. Um dos temas para os quais estão voltadas boa parte das atenções diz respeito aos diversos tipos de delito, destacando-se o perfil dos adolescentes, suas motivações (“a fim de”, na

linguagem schütziana) para o cometimento de “crimes”, assim como sua história de vida, com ênfase especial sobre as condições estruturais precárias da sociedade e para a desigualdade social. Encontramos igualmente na literatura um interesse razoável e justificado pelo sistema penal. Mais recentemente, Fonseca *et al.* (2009) investigou a trajetória de adolescentes após terem se desligado da instituição de internação de adolescentes infratoras. Apesar da relevância e importância destas abordagens para fornecer uma compreensão da experiência de viver sob o sistema “socioeducativo”, os procedimentos teórico-metodológicos adotados não são equivalentes àqueles apresentados neste texto, através dos quais será possível construir uma tipificação de interpretações subjetivas sobre o mundo da vida das adolescentes autoras de atos infracionais.

Embora a ação social seja usualmente cometida individualmente, a literatura brasileira tem rejeitado análises que procuram compreender o problema a partir da perspectiva da ação individual, ou seja, por meio de uma análise sociológica da subjetividade. Procuramos aqui explorar o tema de maneira preliminar por meio da compreensão da ação individual baseada na narrativa dos agentes. Com o apoio da sociologia de Alfred Schütz, a ênfase aqui foi compreender essas ações por meio da interpretação que esses indivíduos possuem sobre seus mundos da vida e sua vida cotidiana. A análise de narrativas baseada nos conceitos de Schütz se mostraram ser um empreendimento promissor, mesmo que de maneira preliminar, uma vez que permitiu explorar a fundamentação da ação dos próprios agentes. Como afirmado por Schütz, estas fundamentações estão conectadas à maneira como estas experiências estão acumuladas em suas respectivas biografias e expressas por meio do seu sistema de relevância, concebido como a orientação individual para a ação. Não implica, contudo, em buscar pelo entendimento da *psique* individual, mas em interpretar a ação a partir da perspectiva de narrativas individuais. Procedendo como se propôs aqui pode-se obter uma melhor compreensão da interpretação de indivíduos de comunidades semelhantes ou daqueles que compartilham experiências comuns.

Nas narrativas mencionadas, assim como em outras coletadas pelo autor, é recorrente que os entrevistados iniciem a narrativa com o momento ou com o evento biográfico em que os adolescentes estabelecem um vínculo imediato entre suas experiências passadas e o momento biográfico presente. Neste sentido, o estoque de experiências passadas é utilizado para interpretar a situação atual. Procedendo desta maneira, eles reinterpretem suas próprias experiências, utilizando como critério para esta reinterpretação precisamente a situação biográfica atual. Ao mesmo tempo, a situação biográfica presente serve de guia e critério para a interpretação de experiências passadas. Destaca-se igualmente que nas duas narrativas

mencionadas o sistema de tipificação e relevância reconhecido no contexto social no qual foram socializados é interpretado pelas adolescentes, permitindo assim a construção de seus sistemas de tipificação e relevância próprios. Cabe destacar que esses pequenos trechos de narrativas de adolescentes apresentam antes variações de um mesmo tipo, que se distingue daqueles enfatizados na literatura sobre o envolvimento de mulheres jovens em atos delituosos, ou seja, de mulheres dominadas por um *ethos* da masculinidade ou elas próprias masculinizadas em suas atitudes. Mais uma vez parece que a possibilidade de manter um procedimento metodológico aberto é bastante promissor, sem o compromisso prévio de verificar (ou, em alguns casos, comprovar) a validade de teorias que tratam do papel da mulher no chamado “mundo do crime”, fortemente influenciadas pela teoria da “dominação masculina”, defendida e difundida por Bourdieu (1998).

De maneira preliminar pode-se concluir, por um lado, que não há uma biografia típica vinculada à delinquência – corroborando as teses de Adorno (1993) e Zaluar (1997: 20). Por outro lado, a fundamentação para a ação individual pode ser encontrada não somente nas condições objetivas de vida desses indivíduos, mas sobretudo na maneira como interpretam suas próprias experiências. Ao mesmo tempo, os resultados preliminares apresentados aqui são, de alguma maneira, similares àqueles já encontrados por Zaluar (1999b: 111), em que o envolvimento de mulheres no crime está em geral conectado à relação com um parceiro afetivo. Entretanto, os procedimentos metodológicos utilizados aqui permitem ir adiante deste tipo de resultado, ao explorar a interpretação das mulheres adolescentes relativamente ao seu mundo da vida. Neste sentido, ainda que seja recorrente a parceria entre homens e mulheres, e ainda que esta parceria se dê, aparentemente, com a mulher exercendo um papel subordinado, o significado, diverso, atribuído a essa parceria, apenas poderá estar acessível quando se interpela as subjetividades envolvidas. Com isso, aquilo que parecia ao observador assumir um caráter homogêneo, apresenta-se ao sociólogo de maneira mais diversificado e complexo.

Antes de concluir, convém fazer um breve balanço sobre entrevistas narrativas. Após testar diversas formas de conduzir entrevistas, a abordagem das entrevistas narrativas biográficas, como desenvolvida por Rosenthal (2008), mostrou-se mais adequada que seguir um roteiro de questões previamente formuladas. Pelo menos duas razões contribuíram para a decisão de evitar roteiro estruturado ou semiestruturado. Em primeiro lugar, ao apresentar questões previamente formuladas, mesmo as mais simples – em que o pesquisador obtém informações objetivas sobre a vida do adolescente –, eliminaria a oportunidade de analisar as escolhas narrativas realizadas, feitas pelo informante durante a

entrevista. Estas escolhas feitas durante a narrativa de uma trajetória biográfica ou de situações do cotidiano são importantes para se obter acesso e posterior análise da interpretação do sistema de relevância dos informantes. Em segundo lugar, iniciando-se a entrevista com questões objetivas aumenta a possibilidade do informante adaptar-se à situação “confortável” de simplesmente contestar as questões formuladas pelo pesquisador. Além disso, começando-se a entrevista narrativa com questões objetivas torna-se mais penoso encorajar o informante a uma narrativa mais fluente, provendo igualmente o informante com indicações quanto às expectativas do pesquisador.

Embora o objetivo principal da abordagem adotada aqui não seja oferecer recomendações para lidar com adolescentes que cometeram atos delituosos, ficou evidente durante as entrevistas que a interpretação da experiência dos próprios adolescentes não é considerada de maneira consistente durante o processo de “ressocialização”. A questão é que o processo de punição raramente considera a interpretação das experiências fornecida pelos próprios autores de delitos ao se definir as medidas adequadas para a ressocialização. Isto certamente conduziria à necessidade de ajustar as formas correntes de lidar com esses adolescentes, considerando não apenas o tipo e gravidade do delito, mas igualmente a interpretação subjetiva da experiência do agente.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: Abramo, Helena Wendel; Branco, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira – análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMOVAY, Miriam et al. *Gangues, galeras, chegados e rappers – Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002a.
- ABRAMOVAY, Miriam et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas*. Brasília, Edições Unesco, 2002b.
- ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. In: Martins, José de Souza (org.). *O massacre dos inocentes – a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B.T.; LIMA, Renato Sérgio. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana, *São Paulo em Perspectiva*, 13 (4), pp. 62-74, 1999.
- ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Governo Federal, 1990 (disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm).
- BRASIL. SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília, Presidência da República/Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- CACCIA-BAVA, Augusto. Sobre as políticas locais de segurança para os jovens, *Política e Sociedade*, n. 8, p.59-88, 2006.
- COHN, Gabriel. Introdução. In: Cohn, Gabriel (org.). *Max Weber*. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v.1, p. 93-126, 2008.
- FERNANDES, Florestan. Tiago Marques Aipobureu, um bororo marginal. *Tempo Social*, v. 19, n.2, p. 293-323, 2007.
- FONSECA, Claudia; MAGNI, Claudia Turra; PASINI, Elisiane; PAIM, Heloisa. Trajetória de algumas meninas egressas da FEBEM-RS. In: Fonseca, Claudia; Schuch, Patricia (org.). *Políticas de proteção à infância – Um olhar antropológico*. Porto Alegre, UFRGS Editora, pp. 65-92, 2009.
- KÜSTERS, Ivonne. *Narrative Interviews – Grundlage und Anwendungen*. Wiesbaden, VS Verlag, 2009.
- LABOV, William; WALETZKY, Joshua. Erzählanalyse: mündliche Versionen persönlicher Erfahrung, in: Ihwe, Jens (org.). *Literaturwissenschaft und Linguistik – Eine Auswahl*. Frankfurt am Main, Athenäum Fischer Taschenbuch Verlag, 1973.
- LARANJEIRA, Denise Helena P; TEIXEIRA, Ana M.F.; BOURDON, Sylvain. Juventude, trabalho, educação: os jovens são o futuro do Brasil?, *Caderno CRH*, v.20, n.49, 95-105, 2007.
- LÓPEZ, Daniela Griselda. Conocimiento de sentido común y procesos de interpretación – una mirada a partir de las reflexiones de Alfred Schutz y Harold Garfinkel, *Intersticios – Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*, v. 2 (2), p. 241-250, 2008.
- MALLART, Fábio. *Salve geral: áreas urbanas, instituições prisionais e unidades de internação da Fundação CASA em comunicação*. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v. 3, n.1., p.293-314, 2011.
- MALVASI, Paulo Artur. *Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, USP, 2012.
- MARTINS, José de Souza. Vida e história na sociologia de Florestan Fernandes (reflexes sobre o método da história de vida), *Revista USP*, 29, p. 14-19, 1996.
- NATANSON, Maurice. Alfred Schutz: Philosopher and social scientist, *Human Studies*, 21, p.1-12, 1998.

- NASU, Hisashi. How is the other approached and conceptualized in terms of Schutz's constitutive phenomenology of the natural attitude?, *Human Studies*, 28, p. 385-396, 2006.
- NASU, Hisashi. A continuing dialogue with Alfred Schütz, *Human Studies*, 31, p. 87-105, 2008.
- NERI, Natasha Elbas. Quando jovens punem jovens: um olhar sobre a internação de adolescentes em conflito com a lei no Rio de Janeiro. 32. *Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2008.
- NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: Almeida, Maria Isabel Mendes de; Eugenio, Fernanda (orgs.). *Culturas jovens – Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.
- PARSONS, Arthur S. Interpretive sociology: the theoretical significance of Verstehen in the constitution of social reality, *Human Studies*, 1, p.111-137, 1978.
- PEREIRA, Lúcia Maria Leite. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial, *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.6, n.3, 1991.
- RAMOS, Silvia. Juventude, violência e novas respostas no Brasil: a experiência do Projeto Juventude e Polícia, *Cadernos Adenauer VIII – Geração Futuro*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2007.
- ROSENTHAL, Gabriele. Biographical research. In: Seale, C.; Gobo, G.; Gubrium, J.F.; Silverman, D. (eds.): *Qualitative Research Practice*. London, Sage, p.46-64, 2004.
- ROSENTHAL, Gabriele. *Interpretative Sozialforschung – Eine Einführung*. Weinheim, Junfermann, 2008.
- ROSENTHAL, Gabriele; KÖTTIG, Michaela; WITTE, Nicole; BLEZINGER, Anne. *Biographisch-narrative Gespräche mit Jugendlichen – Chancen für das Selbst- und Fremdverstehen*. Opladen: Verlag Barbara Budrich, 2006.
- SCHUTZ, Alfred. *The phenomenology of the social world*. London, Heinemann Education Books, 1972.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- SCHÜTZ, Alfred. *Theorie der Lebenswelt 1 – Die pragmatische Schichtung der Lebenswelt*. (Alfred Schütz Werkausgabe Band V.1, organizado por Martin Endreß e Ilja Srubar). Konstanz, UVK, 2003.
- SCHÜTZ, Alfred. *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt – Eine Einleitung in die verstehende Soziologie*. (Alfred Schütz Werkausgabe Band II, organizado por Martin Endreß e Joachim Renn). Konstanz, UVK, 2004a.
- SCHÜTZ, Alfred. *Relevanz und Handeln 1 – Zum Phänomenologie des Alltagswissens*. (Alfred Schütz Werkausgabe Band VI.1, organizado por Elisabeth List). Konstanz, UVK, 2004b.

- SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. *The structures of the life-world*. Volume 1. Evanston: Northwestern University Press, 1973.
- SCHÜTZE, Fritz. Biographieforschung und narratives Interview, *Neue Praxis*, Heft 3, p.283-293, 1983.
- SCHWARTZMAN, Simon; COSSÍO, Mauricio Blanco. Juventude, educação e emprego no Brasil, *Cadernos Adenauer VIII – Geração Futuro*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2007.
- SPAGNOL, Antonio Sergio. Jovens delinquentes paulistanos, *Tempo Social*, v.17, n.2, p.275-299, 2005.
- STOLL, Sandra Jacqueline. Narrativas biográficas: a construção da identidade espírita no Brasil e sua fragmentação, *Estudos Avançados*, 18 (52), p. 181-199, 2004.
- VIEIRA, Danielli. Histórias sobre homicídios entre jovens: “Mundo do crime” e comensurabilidade, *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v.4, n.2, p. 281-308, 2011.
- WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível, *Estudos Feministas*, 13 (1), p.107-126, 2005a.
- WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos, *Sociologias*, n.13, p.260-300, 2005b.
- ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: Hermano Vianna (org.). *Galeras cariocas*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- ZALUAR, Alba. Women of Gangsters: chronicle of a less-than-musical city. *Estudos Feministas*, Special Issue, 1st set., pp. 109-115, 1999.
- ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública, *Estudos Avançados*, 21 (61), p.31-49, 2007.
- ZAMORA, Maria Helena (org.). *Para além das grades – elementos para a transformação do sistema socioeducativo*. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

Recebido em: 26/04/2012

Aceito em: 31/07/2012

Como citar este artigo:

SANTOS, Hermílio. Ação e relevância em narrativas de adolescentes autoras de atos infracionais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 489-512.